

Diálogos sobre economia solidária e associativismo: um recorte sobre as ações associativas entre agricultores familiares no município de campos dos Goytacazes

Dialogues on solidary economy and associativism: a cut on associative actions with family farmers in the municipality of campos dos Goytacazes

DOI:10.34117/bjdv7n2-156

Recebimento dos originais: 10/01/2021

Aceitação para publicação: 09/02/2021

Ivan Souza de Abreu

Graduado em Administração Pública pela UENF

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF

Valdir de Araújo, 85, Grussaí – São João da Barra, RJ – CEP 28200-00

E-mail: ivansouzadeabreu@gmail.com

RESUMO

O seguinte trabalho tem como principal objetivo elaborar, partindo de um recorte espacial, um breve debate sobre a presença de agricultores familiares cooperativados em Campos dos Goytacazes e a importância disso para o desenvolvimento da atividade a nível local. A metodologia utilizada se baseia nos métodos estatístico e estudo de caso, tendo como referência para captação dos dados o Cadastro do Produtor Rural. Na primeira seção, expõe-se um panorama da agricultura na localidade por meio de uma discussão teórica. Também partindo do *estado da arte*, a segunda parte traz uma breve consideração sobre o cooperativismo e a importância na agricultura. Ao final, apresenta-se os dados captados e as considerações finais.

Palavras-chave: Associativismo, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Agrário.

ABSTRACT

The following work has as main objective to elaborate, starting from a spatial cut, a brief debate about the presence of cooperative family farmers in Campos dos Goytacazes and the importance of this for the development of the activity at the local level. The methodology used is based on the statistical methods and case study, having the Rural Producer Register as a reference for data collection. In the first section, an overview of agriculture in the locality is presented through a theoretical discussion. Also starting from the state of the art, the second part brings a brief consideration about cooperativism and the importance in agriculture. At the end, the captured data and final considerations are presented.

Keywords: Associativism, Family farming, Agrarian Development.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com alguns autores como Abramovay (1997), Wanderley (1999) e Altafin (2007), a agricultura familiar pode ser caracterizada como uma atividade rural “cujo trabalho apresenta relações de parentesco em que a gestão é realizada pelos proprietários das unidades produtivas, o capital pertence à família e os seus membros residem nas propriedades rurais (PAES, ZEPPEES, 2016). Esse tipo de atividade tem grande influência na economia do país e no desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento agrário.

Um dos fatores, tendo como referência literatura voltada a temática, que contribui para a importância da agricultura familiar é a possibilidade de analisá-la sob o ponto de vista das ações coletivas. Sendo assim, o seguinte trabalho tem como objetivo realizar uma breve análise das ações cooperativas desenvolvidas no município de Campos dos Goytacazes e promover um breve debate sobre a importância dela para o desenvolvimento local. A metodologia se baseia na análise dos dados presentes no Cadastro do Produtor Rural (abreviado por CPR no decorrer do documento) que se referem a participação dos agricultores nele registrados, nas cooperativas locais e, junto a isso, verificar se há um maior acesso desses atores aos mercados locais, podendo-se fazer uma relação entre as ações cooperativas e o acesso ao comércio. Faz-se um parêntese sobre o que se trata, de fato, o CPR: a base de dados surgiu de uma parceria entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense e a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por meio de um projeto de extensão, tendo o objetivo de quantificar e mapear os produtores familiares presentes no município, além de captar informações referentes aos aspectos das condições produtivas desses trabalhadores (como disponibilidade de veículos, máquinas para trabalho no campo, principais demandas quanto a insumos, etc.).

O mapeamento citado a pouco se fez da seguinte maneira: a partir da localização dos agricultores, foi realizada uma subdivisão em microrregiões para melhor organizar as informações e poder identificar unidades nas características em cada local. As microrregiões são chamadas de Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR), sendo que ao final foi estabelecida a existência de sete, numeradas de 1 a 7. Para este trabalho, será feito um recorte para análise da ADR 1 que compreende 409 produtores rurais de um total de 4063 presente em todo o município para facilitar o estudo.

2 UM BREVE PANORAMA SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dos elementos necessários para a compreensão do panorama produtivo de um grupo de agricultores familiares é o tipo de prática realizada por eles. Uma das características presentes na agricultura familiar do norte fluminense (região em que se localiza o município de Campos dos Goytacazes), quando analisada de maneira profunda, é a apresentação de práticas tradicionais durante o cultivo, tendo como principais elementos a utilização de adubação orgânica e química e a manutenção dos solos em prol da conservação a partir da rotação de culturas e descanso do terreno (BURLA et al., 2015).

Outro ponto, pensando ainda na região como pólo extrativista de petróleo, é o tipo de consequência deixada pela existência de outros empreendimentos na atividade agrícola. Paes e Zappes (2016) explicitam as características presentes no município de São João da Barra, vizinho daquele aqui tratado, no tocante a influência da atividade portuária em prol da extração de petróleo por lá desenvolvida:

Nesta região está inserido o 5º Distrito do município de São João da Barra, onde em 2008 foram iniciadas as obras de instalação do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA) e suas atividades portuárias inauguradas em 2015. A instalação desse megaempreendimento pode ter interferido negativamente na agricultura familiar regional, pois houve uma intensificação da salinidade do solo provavelmente devido à construção do canal de atracação dos navios (PIRES, 2009; SOUZA, 2010). Tal interferência pode ter causado alteração nas práticas da agricultura familiar na região bem como ter induzido o surgimento de um manejo tradicional na atividade (PAES; ZAPPES, 2016, p. 386).

A salinização causada pela atividade extrativista em grande escala no município de São João da Barra, como observado, trouxe consequências ao espaço de trabalho do agricultor familiar local. A salinização causada pelo megaempreendimento desenvolvido no distrito do Açú trouxe uma intensa salinização da água, atingindo o lençol freático e gerando consequências negativas para o solo. Isto faz com que a atividade, o *modus operandi* por si, sofra com alterações drásticas. Dessa forma, Paes e Zappes (2016) trazem à tona que o manejo tradicional nessas comunidades agrícolas vem a apresentar grande importância pelo fato de poderem ser desenvolvidas soluções e alternativas para problemas ambientais, tendo poucos recursos e impactos nos ecossistemas em que se localizam.

Além disso, o município é caracterizado por ter em seu histórico uma grande produção de cana de açúcar. Este tipo de produção deixou profundas marcas na divisão territorial da localidade, conforme Dos Santos, Da Cruz e Neves (2017) observaram:

Na região de Campos dos Goytacazes, até então marcada pela produção maciça de cana de açúcar e pela concentração da propriedade da terra em mãos de grandes produtores, o processo de redistribuição territorial vem sendo impulsionado pelos trabalhadores (sindicatos, FETAG/RJ) e também pelos reconhecidos porta-vozes dos movimentos organizados de trabalhadores (MST). Como efeito, das 14 usinas no início da década de 1970, somente cinco delas mantiveram-se em exercício, resultando na criação de uma série de assentamentos rurais pelo Incra (cf.: Neves, 1997) [...] (DOS SANTOS; DA CRUZ; NEVES, 2017, p. 187).

Além da conseqüente má divisão de territórios, houve uma queda drástica da produção canavieira do município. O resultado disso foi a falência da maior parte das usinas e, com isso, criou-se uma grande abertura para a ocupação dos territórios que outrora pertenciam as famílias usineiras. Tais espaços, com o tempo, foram ocupados por movimentos que promulgam pela reforma agrária, além daqueles que propunham a criação de assentamentos como o Che Guevara – o assentamento estudado pelo trabalho de Dos Santos, Da Cruz e Neves (2017).

Partindo para a discussão sobre assentamentos, parte importante da análise sobre a agricultura familiar em Campos dos Goytacazes e na região norte fluminense em si, o rearranjo fundiário tomou outras proporções a partir dos movimentos desenvolvidos pelos assentados. Segundo Cruz (2010), a desapropriação das fazendas permitiu com que os trabalhadores rurais constituíssem suas trajetórias de várias formas. Mesmo assim, não significou que esta categoria sofresse com sanções dos mais diversos tipos:

A despeito dessas múltiplas trajetórias, os assentados rurais ressaltaram as precárias e inadequadas condições para tornarem o lote produtivo e alcançarem o pleno desenvolvimento de práticas produtivas que lhes permitam a manutenção e reprodução social do grupo. Os fatores caracterizados como adversos são sintetizados, quase que por unanimidade, pela degradação do solo, da água ou dos recursos florestais. Os assentados vêm-se diariamente em situação de *luta com a natureza* local, enfrentando períodos de seca ou de chuvas abundantes (DOS SANTOS; DA CRUZ; NEVES, 2017, p. 191).

Assim como acontece em outras categorias que se enquadram nas delimitações da agricultura familiar sob o ponto de vista legal, os assentados sofrem com condições extremamente precárias em sua estrutura produtiva, afetando diretamente o ciclo produtivo deste grupo. A reprodução social referida pelos autores está relacionada a

manutenção das tradições desenvolvidas pelo grupo de firma que haja sustentabilidade à médio e longo prazo.

Essas mudanças ocorridas no município, além da crise da produção de cana de açúcar, também foram causadas pela possibilidade reativação das usinas em si (ALENTEJANO, 2005). A década de 1970 ficou marcada pela competição das usinas em novas áreas além da produção de açúcar e álcool, mas que não foi correspondida em termos de qualidade e quantidade (BERNARDES, 2014). Dessa forma, foram desenvolvidas ações pelo Estado para tentar sanar os problemas que apareceram durante este período.

Diante desse quadro de agravamento da crise do setor canavieiro-açucareiro, o Estado interviu com ações, mas foram incapazes de possibilitar a reconversão desse setor. É nesse período que a população urbana campista se incrementou e aumentaram os problemas atinentes a essa migração campo-cidade (DE OLIVEIRA et al, 2018, p. 54-55).

Além dos fatores até aqui mencionados, é bastante comum no processo de comercialização da produção familiar ser feita junto a atravessadores. A literatura sobre agricultura familiar no Brasil tende a apontar este ator como uma constante na comercialização realizada por esta categoria. Como observado por Dos Santos, Da Cruz e Neves (2017), os atravessadores tendem a absorver todo o estoque dos agricultores e assentados com os quais sempre negociam, tanto pelos preços baixos praticados pelos negociantes quanto por possuírem condições de transportar a compra de grande quantidade por meio de caminhonetes ou caminhões. Dessa forma, o panorama da agricultura familiar campista possui características muito similares com aquilo que é identificado em outras regiões do país.

3 OS DEBATES SOBRE O ASSOCIATIVISMO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ainda que não seja o “marco-zero” do sistema de cooperativas, a experiência de Rochdale, na Inglaterra foi extremamente importante para a definição de algumas diretrizes que seriam determinantes para o desenvolvimento deste sistema de economia solidária. As necessidades que as camadas mais pobres da população inglesa, sobretudo a da classe trabalhadora, demonstravam (por isso, entende-se alimentação principalmente) fez com que as ações coletivas passassem a ser elaboradas a partir das

novas relações de capital que surgiam junto a Revolução Industrial. Isto fica evidenciado na observação que Frantz (2012) faz a respeito deste contexto:

No fim do século 18, em meio à Revolução Industrial, o tempo de trabalho das pessoas passou à indústria, isto é, sob o seu controle. Embora sua remuneração fosse baixa, isso significava, no entanto, a monetarização das economias familiares. Menor tempo passava a ser dedicado à produção própria dos alimentos. Era o fim da economia das necessidades e o começo da economia dos interesses, mediante relações de mercado. Relações sempre mais impregnadas pela lógica dos interesses do capital. Essas mudanças trouxeram também sérios problemas de alimentação para a classe trabalhadora. A questão do consumo, da alimentação, passou a ser um dos problemas mais agudos, sob diversos aspectos. Essa situação está na raiz da experiência pioneira do movimento cooperativo moderno, simbolizado pela Cooperativa de Consumo, de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, e que existe até hoje (FRANTZ, 2012, p. 17).

De certa forma, este foi o princípio da reinvenção da economia solidária, visto que, para além das necessidades da classe trabalhadora da época, o fato de problemas mais agudos terem surgido fez com que valores considerados fundamentais para a existência – e, por conseguinte, o sucesso – de movimentos cooperativistas passassem a surgir. Neste sentido, Nascimento (2015) disserta que

A reinvenção da economia solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral etc. Nesse sentido, economia solidária e autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão (NASCIMENTO, 2015, p. 18).

Em relação ao movimento cooperativo moderno, como define Frantz (2012), o conflito social que está impregnado em sua base histórica sempre esteve diretamente relacionado a distribuição desigual de riquezas junto a falta de oportunidades iguais para todas as camadas da sociedade, de condições de vida digna e, sobretudo, a liberdade e o reconhecimento para a realização de uma base organizacional. Os valores são baseados nas questões voltadas ao associativismo e, ao mesmo tempo, a solidariedade e cooperação. Estes fatores fazem com que se busque o reconhecimento dos atores dessas ações como protagonistas que buscam maior dignidade; logo, entende-se que o movimento cooperativo moderno nasceu em função da valorização do trabalho humano e a sua defesa (FRANTZ, 2012, p. 12).

Assim, o século XXI “para se falar em cooperativismo é importante que se situe e entenda a época que estamos vivendo. A era da tecnologia; [...] postos de trabalho desaparecem em uma determinada região e, aparecem em outra [...]” (SALES, 2010, p. 23). Sendo assim, o padrão identificado nos últimos tempos é pautado por desafios e oportunidades distintos para uma organização, seja em relação a concorrência de produtos, a agilidade de sua distribuição, agregação de valor, entre outras. Estes elementos foram observados por Lago (2009), quando coloca:

A atualidade está marcada por desafios e oportunidade para organizações, desafios no campo das inovações, concorrência de produtos mais baratos (nacionais e importados), qualidade, agilidade, sustentabilidade, entre outros, e oportunidades tais como, agregação de valor, produtos diferenciados, segmentos de mercado, novas tecnologias sustentáveis, inovações, exportação para novos mercados, organizações socialmente responsáveis, dentre outros. Isso exige novas e diferentes formas de ação e adaptação, o que proporciona alterações na dinâmica organizacional (LAGO, 2009, p. 36).

Visto este cenário de dificuldades e globalização (tendo-se grande concorrência e demandas, como observado), a cooperativa se estabelece como uma prática social extremamente valorizada. A importância é retomada principalmente por permitirem que os sujeitos e atores sociais envolvidos se estabeleçam ativamente. Junto disso, há a retomada das cooperativas como um espaço concreto de organização coletiva, estabelecendo laços coletivos essenciais para o desenvolvimento do aspecto econômico da questão. (FRANTZ, 2012, p. 27)

Quando pensada essa perspectiva para a agricultura familiar, mesmo que esta atividade represente grande parte do índice produtivo dos alimentos que chegam à mesa da população, há o desafio de sua própria sobrevivência envolvido neste cenário. O associativismo, portanto, pode surgir como uma forma de transformar as formas sobre como a atividade em questão (FRANTZ, 2012, p. 99).

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Na análise prévia dos dados referentes a ADR 1 relacionados a participação dos produtores rurais em associações ou cooperativas 168 (aproximadamente 41,1%) responderam que fazem parte de alguma entidade do gênero, enquanto 241 (cerca de 58,9%) disseram não participarem de qualquer ação do tipo. Deste núcleo que comentou participar, 41 (24,4% dentre os cooperativados) são atuantes junto a Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda. (CAVIL), cujas redes operacionais se concentram nos

municípios de Bom Jesus do Norte (ES) e Bom Jesus do Itabapoana¹. Infelizmente, o site da cooperativa possui informações escassas no que diz respeito ao nicho produtivo ao qual se dedica as suas atividades. Para maiores informações sobre o funcionamento da ação coletiva se faz necessário entrar em contato direto com o grupo gestor.

Em seguida, verifica-se que 53 respondentes (31,55%) Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria Campos (APRUSMAC) e, da mesma forma como a CAVIL, há poucas informações disponíveis na internet a seu respeito. A última cooperativa em que há um número que possa ser considerado expressivo de participantes dentro do universo aqui analisado está a Laticínios Bella Vita Ltda, localizada no município de Italva, que corresponde a 12 respondentes (7,14%). Os demais se dividem em associações de moradores e outros empreendimentos autônomos ou mesmo cooperativos que, neste

Ainda que exista um número expressivo de agricultores participantes de cooperativas ou associações, fica nítido que há pouca informação disponível a respeito desses empreendimentos. No levantamento de literatura de trabalhos recentes sobre ações cooperativas, evidencia-se que o marketing é um fator preponderante para que a importância das cooperativas seja evidenciada perante a sociedade. Este aspecto foi identificado por Lago (2009), por exemplo, em seu estudo sobre as condicionantes de relacionamentos intercooperativos dentro das cooperativas de cunho agropecuário.

Ao ser questionado sobre, como o movimento cooperativo poderia demonstrar suas contribuições para os associados e para a sociedade, o entrevistado sugere que, “o cooperativismo agropecuário poderia utilizar ações de marketing e publicidade, não individualmente, mas sim intercooperativamente, espelhando-se no Sistema de Crédito Cooperativo. Complementando, o entrevistado manifesta que, “tem uma escola meio latina na nossa de permanentemente fazer educação cooperativista, em que tem que dizer todo dia para o associado que o cooperativismo é uma coisa linda e maravilhosa”. Por outro lado, a escola mais europeia e germânica, diz que, “se tem que dizer todo dia para o associado e a sociedade que a cooperativa é a melhor coisa do mundo, talvez ela ainda não chegue a ser. Mas não dá para ficar nem nisso nem naquilo” (LAGO, 2009, p. 83).

A observação trazida por Lago ao entrevistar o que o próprio denomina como *expert* na discussão por ele abordada se faz presente nas observações feitas com base nos dados obtidos junto ao CPR. As principais cooperativas identificadas aqui não possuíam qualquer informação pública que demonstrasse a sua importância para a sociedade. A única delas que possui um portal digital demonstrou escassez de informações sobre sua atuação efetiva. Dessa maneira, verifica-se a necessidade de repensar a estrutura de divulgação do trabalho dessas iniciativas. Tal reformulação, digamos, poderia permitir

que estas conseguissem adentrar novos mercados – sejam eles de outras regiões ou localmente.

Além disso, da mesma forma como é observado por Dos Santos, Da Cruz e Neves (2017) sobre os assentamentos e aplicado para a realidade das ações cooperativas, se faz necessário traçar uma será as condições de reprodução das atividades desses agricultores pensando no futuro. As ações cooperativas, ainda que estejam bastante presentes nesta área analisada, podem possuir uma estrutura que não permita que as ações sejam desenvolvidas à longo prazo e isto pode prejudicar seu desenvolvimento, além de ser algo perigoso quando pensada a subsistência dos próprios agricultores familiares que participam delas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de informações existentes sobre as cooperativas faz com que não se tenha noção da abrangência dos trabalhos desenvolvidos por tais instituições enquanto importantes atores no desenvolvimento local e, principalmente, da forma como ela influencia na vida dos agricultores cooperativados. Olhando em uma perspectiva do desenvolvimento social, um trabalho bem realizado em torno disso terá a possibilidade de identificar os recursos disponibilizados por ela para o exercício das atividades que elas propõem e como isso afetará a qualidade de vida daqueles que estão participando de todo o processo, além da abrangência do próprio trabalho em si. Tais lacunas podem servir como ponto de partida para futuras pesquisas que ultrapassem a barreira dos dados quantitativos, desenvolvendo uma visão mais humanista desses empreendimentos.

Além das questões referentes às estratégias de divulgação do trabalho das cooperativas, leva-se em consideração que as informações obtidas por meio do levantamento bibliográfico trazem elementos voltados a própria conscientização da população e dos trabalhadores rurais quanto o papel dessas associações no mercado e também em uma perspectiva de consciência de classe. Sendo assim, abre-se margem para que futuros estudos ou mesmo trabalhos voltados ao marketing dessas instituições venham a trabalhar sob essa ótica, contribuindo diretamente para a sensação de pertencimento desses atores no ambiente organizacional das cooperativas. Estes fatores podem colaborar não apenas com a percepção da comunidade sobre as cooperativas como poderá ser determinante para a manutenção existencial das mesmas à médio e longo prazos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

ALENTEJANO, Paulo Raposo R. A evolução do espaço agrário fluminense. *Geographia*. Ano 7, n. 13, p. 49-70, 2005.

ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BERNARDES, Julia Adão. “Reescrevendo a história do Norte Fluminense sucroalcooleiro no contexto da última modernidade”, In. BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antônia (Org.), *Modernização e território. Entre o passado e o presente no Norte Fluminense*, Rio de Janeiro, Lamparina/Capes, 2014.

BURLA, R. S.; OLIVEIRA, V. P. S.; MANHÃES, C. M. C.; et al. Caracterização dos aspectos socioeconômicos do processo produtivo agrícola dos produtores rurais da microbacia do Rio Doce, São João da Barra, RJ. *Vértices*. Campos dos Goytacazes, v. 17, n. 1, p. 149-162, 2015. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20150010>>.

CRUZ, Rodrigo Pennutti. *ASSENTADO E ASSENTADOS: formas de diferenciação entre agricultores no Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)*. Dissertação [Mestrado em Antropologia]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DE OLIVEIRA, Ana Carolina Nascimento et al. A importância da Agricultura Urbana: um estudo sobre o programa Eco Hortas Comunitárias no município de Campos dos Goytacazes-RJ. *Revista Cerrados*, v. 16, n. 2, p. 51-68, 2018. Disponível em: <https://testeprod.unimontes.br/cerrados/article/view/894>

DOS SANTOS, Priscila Tavares; DA CRUZ, Rodrigo Pennutt; NEVES, Delma Pessanha. Diversificação produtiva e condições de reprodução social de assentados rurais no PA Che Guevara/Campos dos Goytacazes (RJ). *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 186-206, 2017. Disponível: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/download/262/236>

FRANTZ, Walter. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. 2012.

LAGO, Adriano. *Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário*. Orientador: Tania Nunes da Silva. 2009. 179 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18439>. Acesso em: 6 out. 2020

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PAES, Raquel da Silva; ZAPPES, Camilah Antunes. Agricultura familiar no norte do estado do Rio de Janeiro: identificação de manejo tradicional. *Sociedade & Natureza*, v. 28, n. 3, p. 385-395, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132016000300385&script=sci_arttext&tlng=pt

SALES, João Eder. 03) Cooperativismo: Origens e Evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia/ RBGE/ ISSN 2237-1664*, n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30/23>

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. *A agricultura familiar no Brasil*. Porto Alegre, Relatório de pesquisa. FIDA/RIMISP, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.